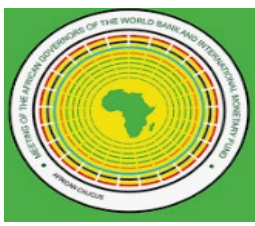


GRUPO DE GOVERNADORES AFRICANOS 2024

DECLARAÇÃO DE ABUJA



GOVERNADORES AFRICANOS DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
E DO GRUPO BANCO MUNDIAL



DECLARAÇÃO DE ABJUA DOS GOVERNADORES AFRICANOS

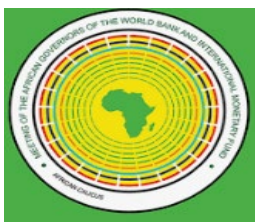
Tendo-se reunido em Abuja, na Nigéria, entre 1 e 3 de agosto de 2024, com o alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Federal da Nigéria, Presidente Bola Ahmed Adegunle Tinubu, por ocasião da reunião do Grupo de Governadores Africanos, organizada e presidida pelo Ministro Federal das Finanças e Ministro Coordenador da Economia, Wale Edun, Governador do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial para a República Federal da Nigéria; nós, governadores africanos do FMI e do Grupo do Banco Mundial, conhecidos conjuntamente como Instituições de Bretton Woods, debatemos o tema “Facilitar o comércio intra-africano, catalisador do desenvolvimento sustentável em África”.

- **Reconhecendo** a importância do comércio intra-africano para promover o investimento, aumentar a produção e criar empregos em África;
- **Cientes**, no entanto, de que os países africanos continuam a efetuar mais trocas comerciais com o resto do mundo do que entre si;
- **Conscientes** de que remover os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio intra-africano (incluindo, entre outros, a fragmentação dos ecossistemas de pagamentos, o acesso insuficiente à energia, a falta de infraestruturas, a ausência de quadros regulamentares comuns e coerentes, e as divergências em termos de procedimentos transfronteiriços, bases de dados e cartões de identificação únicos) é crucial para aumentar a quota de África no comércio mundial e estimular um crescimento sustentável e inclusivo no continente.

Destacámos quatro vias essenciais para impulsionar o comércio intra-africano, nomeadamente: i) reforçar o ecossistema de pagamentos pan-africano e acelerar a digitalização; ii) melhorar o acesso à energia, assim como a acessibilidade dos seus preços e a conectividade; iii) tirar partido de parcerias com os bancos multilaterais de desenvolvimento; e iv) reformar a arquitetura financeira mundial. Numa altura de tensões geopolíticas crescentes, apelamos às Instituições de Bretton Woods que assegurem que o seu apoio aos países membros continua a nortear-se pelos princípios do equilíbrio e da imparcialidade, em consonância com as suas políticas. Estas considerações tornam-se ainda mais importantes numa altura em que os países africanos estão a ser abalados por choques endógenos e exógenos adversos e a enfrentar necessidades de financiamento muito avultadas. **Para tal, comprometemo-nos com as seguintes ações, para as quais solicitamos também o apoio das Instituições de Bretton Woods:**

1- Reforçar o ecossistema de pagamentos pan-africano e acelerar a digitalização, através das seguintes ações:

- a. Harmonizar as regras de negociação e os ciclos de liquidação e as taxas de admissão à cotação nos principais mercados de valores mobiliários e financeiros de África, a fim de assegurar uma colaboração transfronteiriça no que toca à regulamentação do ecossistema das *FinTech* da sub-região de África.

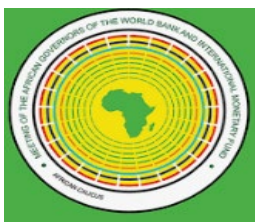


DECLARAÇÃO DE ABJUA DOS GOVERNADORES AFRICANOS

- b. Promover a integração regional dos mercados financeiros e a cotação cruzada dos títulos, a fim de promover o investimento.
- c. Acelerar a integração financeira, com o objetivo de aumentar a diversificação da alocação de ativos em vários setores e geografias, e, ao mesmo tempo, lidar com os desafios de liquidez que têm repetidamente limitado a promoção do comércio e investimento africanos.
- d. Apelamos à adoção atempada do Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidação (PAPSS, na sigla em inglês) por todos os membros da União Africana e solicitamos a todos os bancos multilaterais de desenvolvimento que apoiem esta iniciativa, reforçando as infraestruturas e plataformas digitais de pagamentos de África, a fim de permitir que todos os países beneficiem da Zona de Comércio Livre Continental Africana.
- e. Tirar partido das tecnologias de registo distribuído (*blockchain*) e de inteligência artificial para melhorar a eficiência do sistema de pagamentos e reduzir os intermediários.
- f. Alinhar a regulamentação do sistema financeiro com produtos tecnológicos, incluindo redes de informação digital, produtos de literacia tecnológica digital e plataformas financeiras digitais.
- g. Desenvolver infraestruturas tecnológicas de informação e comunicação de qualidade a nível regional, bem como capacidades institucionais, técnicas e humanas nas administrações públicas.
- h. Promover o investimento do setor privado, a fim de reforçar os sistemas de pagamento existentes e explorar mecanismos para transações transfronteiriças menos onerosas, a interoperabilidade e a análise de dados, reforçando ao mesmo tempo os protocolos de proteção contra fraude, branqueamento de capitais e ciber-vulnerabilidades e a capacidade de reação rápida em caso de infração.
- i. Intensificar os investimentos inovadores em infraestruturas digitais, para desbloquear entraves à tecnologia e permitir inovações tecnológicas que garantam infraestruturas de pagamentos eficientes e soluções de pagamentos robustas, que cumpram as normas de eficiência, acessibilidade, capacidade de gestão, resiliência e agilidade.

2- Acelerar o acesso à energia e à conectividade em África, através das seguintes ações:

- a. Executar uma estratégia energética integrada para África, em consonância com o Programa de Transição Energética da União Africana, o qual integra a Agenda 2063 da União Africana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas.
- b. Reforçar a assistência técnica e o financiamento com vista à implementação de um Plano de Ação Energético quinquenal para África (2025–2029).

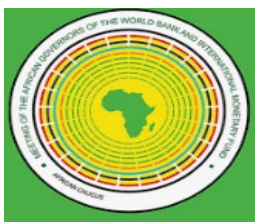


DECLARAÇÃO DE ABJUA DOS GOVERNADORES AFRICANOS

- c. Os Estados-membros comprometem-se a implementar a Missão 300 (M300) e a elaborar pactos energéticos nacionais, com o apoio do Grupo Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento e da iniciativa Energia Sustentável para Todos das Nações Unidas.
- d. Triplicar os investimentos em transportes – terrestres (rodovias e ferrovias), marítimos e aéreos –, bem como em infraestruturas energéticas fora da rede, integradas na rede ou em mini-rede (através do financiamento de projetos energéticos nos setores intermédio e a jusante em todo o continente, usando uma matriz energética adequada, que inclua energia hidroelétrica, gás natural, energia nuclear, solar, eólica e energias renováveis), com vista a alcançar até 2030 os objetivos de desenvolvimento sustentável relativos a energias renováveis e acessíveis (ODS 7), através de uma conectividade das redes energéticas assente nos quatro polos energéticos regionais de África (SAPP, EAPP, WAPP, CAPP) e em sistemas que promovam mercados competitivos, capazes de gerar economias de escala.
- e. Prestar assistência técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades específicas para ajudar os países africanos a, por um lado, criarem um ambiente regulamentar e jurídico mais favorável a investimentos privados competitivos e em grande escala no setor da energia, e, por outro, a reformarem os seus serviços públicos essenciais por forma a serem financeiramente sólidos e eficazes.
- f. Prestar atenção suficiente a mecanismos que proporcionem o volume e a qualidade de financiamento necessários para apoiar a componente “justa” da transição energética justa.
- g. Integrar eficazmente medidas de resiliência climática e adaptáveis em todos os projetos de desenvolvimento em África, para mitigar os impactos das alterações climáticas no ambiente e nas infraestruturas, de forma a promover a industrialização sustentável do continente.

3- Tirar partido de parcerias com os bancos multilaterais de desenvolvimento, através das seguintes ações:

- a. Assegurar que os bancos multilaterais de desenvolvimento estão aptos para cumprir a sua função, tanto do ponto de vista operacional como financeiro, por forma a acelerar o desenvolvimento sustentável de África, com base nas prioridades dos países africanos.
- b. Assegurar a implementação em tempo útil dos compromissos anunciados pelas chefias dos bancos multilaterais de desenvolvimento.
- c. Assegurar a disponibilidade e o acesso a níveis adequados de financiamento em condições concessionais, para apoiar todos os países, tendo ao mesmo tempo em conta as limitações e fragilidade de cada país enquanto critérios de elegibilidade para o acesso a esse financiamento concessional.
- d. Encorajar os bancos multilaterais de desenvolvimento a oferecer novos instrumentos, garantias e modalidades inovadores, incluindo o financiamento misto para reduzir o risco

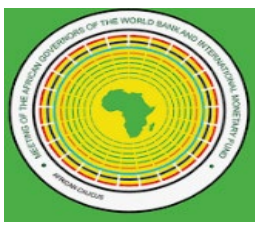


DECLARAÇÃO DE ABJUA DOS GOVERNADORES AFRICANOS

- dos investimentos e apoio aos mecanismos de preparação de projetos com vista a atrair o setor privado, inclusive para parceiras público-privadas.
- e. Salientar que os bancos multilaterais de desenvolvimento desempenham um papel importante no apoio a projetos de desenvolvimento em África e reforçar a sua base de capital. Nesse sentido, encorajamos o recurso à aquisição voluntária, com DSE, de capital híbrido para reforçar o ecossistema de pagamentos e o comércio intra-africano.
 - f. Promover parcerias para combater as ameaças à cibersegurança, partilhar conhecimentos e tecnologias e desenvolver competências locais na gestão de sistemas de pagamentos e na cadeia de valor dos produtos, bem como na recolha atempada de dados fiáveis sobre os comportamentos dos consumidores, para fins de elaboração de políticas com base em dados concretos.
 - g. Apoiar a mentoria nas empresas de tecnologia financeira em fase de arranque, para reforçar o ecossistema de pagamentos em África.
 - h. Apelar aos bancos multilaterais de desenvolvimento para que aumentem a sua colaboração com as instituições em África, sobretudo as instituições financeiras multilaterais africanas e os grupos de reflexão (*think tanks*) capazes de complementar o trabalho dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Promover e incentivar a utilização de instrumentos regionais.

4- Reformar a arquitetura financeira mundial

- a. Apelamos a que as instituições multilaterais apoiem a promoção de reformas da arquitetura financeira internacional, incluindo, entre outras medidas, o aumento de capital e a representação, de forma coordenada e coerente.
- b. Encorajar uma solução abrangente para o crescente sobre-endividamento, através de medidas imediatas que resolvam os desafios de solvabilidade e liquidez, a fim de criar espaço orçamental para que os países invistam nos ODS. Apelamos também a reformas da arquitetura da dívida soberana, por forma a torná-la mais inclusiva e evitar futuras crises da dívida.
- c. Os países membros comprometem-se a assegurar uma cooperação fiscal internacional plenamente inclusiva e mais eficiente, através do Acordo-Quadro das Nações Unidas sobre o assunto, de modo a garantir acordos fiscais internacionais e a mobilização de recursos internos. Este ponto é essencial para mobilizar recursos internos para o investimento nos ODS.
- d. Os países membros comprometem-se em dialogar com as agências de notação financeira sobre as metodologias empregues na notação dos nossos países.
- e. Apelar a reformas céleres para eliminar as limitações aos investimentos privados provocadas pelas políticas.



DECLARAÇÃO DE ABJUA DOS GOVERNADORES AFRICANOS

Por fim, assinalando que a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) é uma importante fonte de financiamento do desenvolvimento em condições concessionais, especialmente para África, e ciente de que a maior parte dos países elegíveis para esse financiamento se encontram na África Subsariana, e que, no exercício de 2023, quase 75% do financiamento da AID se destinou a essa região: Reiteramos o apelo dos nossos Chefes de Estado aos países doadores para uma reconstituição ambiciosa e robusta da AID21 correspondente a 120 mil milhões de dólares dos Estados Unidos para combater desafios persistentes e emergentes, como as alterações climáticas, a insegurança alimentar, o défice energético, a água, a transformação digital, a integração regional e a fragilidade.

Concluindo, os resultados das deliberações da reunião do Grupo de Governadores Africanos de 2024 serão resumidas num memorando que será transmitido aos chefes das Instituições de Bretton Woods em outubro de 2024, durante as reuniões anuais do FMI e do Grupo Banco Mundial, que terão lugar em Washington, nos EUA.

Os governadores das Instituições de Bretton Woods e todos os participantes da reunião do Grupo de Governadores Africanos de 2024 agradecem sinceramente a Sua Excelência o Presidente Bola Ahmed Tinubu, ao Ministro das Finanças e Ministro Coordenador da Economia, Wale Edun, ao Governador do Banco Central da Nigéria, Dr. Olayemi Cardoso, bem como a todas as autoridades e ao povo da República Federal da Nigéria pela excelente organização e excecional hospitalidade.

“Vuk’uzenzele” - Levanta-te e faz!